



# DIÁRIO



# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVIII — Nº 19

QUARTA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 1993

BRASÍLIA — DF

## CONGRESSO NACIONAL

### PARECER Nº 11, DE 1993-CN

Da Comissão Mista sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 317, de 24 de abril de 1993, que “dispõe sobre a redução da multa pela antecipação do pagamento de tributo lançado”.

Relator: Senador Dario Pereira

Através da Mensagem nº 206/93, o Senhor Presidente da República, com base no art. 62 da Constituição Federal, submete à apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 317, de 24 de abril de 1993, que “dispõe sobre a redução de multa pela antecipação do pagamento de tributo lançado”.

A Exposição de Motivos nº 140/93, que acompanha a Medida Provisória em exame, informa que a mesma visa “ao equilíbrio das contas orçamentárias, no corrente exercício, uma vez que agiliza os mecanismos de cobrança dos créditos tributários” e objetiva facilitar aos contribuintes inadimplentes o pagamento de crédito tributário, adotando-se, porém, a cautela de favorecer com a redução apenas os contribuintes que apresentaram declarações e não efetuaram oportunamente os respectivos pagamentos.

A admissibilidade das Medidas Provisórias tem como pressupostos constitucionais a relevância e a urgência. No caso presente, afigura-se inequívoca a relevância da matéria já que a medida proposta insere-se no rol das providências necessárias ao equilíbrio das contas orçamentárias da União e, por outro lado, possibilita a realização de créditos do Governo que restariam inertes, à espera de demoradas demandas judiciais.

Quanto ao pressuposto de urgência, a mesma decorre diretamente da necessidade de se obter recursos imediatos para implementação do plano proposto pelo Executivo, de grande alcance econômico e social.

Em razão do exposto, somos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 317, de 24 de abril de 1993, eis que atendidos os pressupostos constitucionais de relevância e urgência.

Saía da Comissão, 29 de abril de 1993. — Senador Gilberto Miranda, Presidente — Senador Dario Pereira, Relator — Deputado Luciano de Castro — Deputado Edson Menezes da Silva — Senador Magno Bacelar — Deputado Eden Pedrosa — Senador Valmir Campelo — Deputado Basílio Villani — Senador Dirceu Carneiro.

### PARECER Nº 12, DE 1993-CN

Da Comissão Mista encarregada de emitir parecer a respeito da admissibilidade da Medida Provisória nº 318, de 24 de abril de 1993, que “define o Plano de Equivalência Salarial para reajuste das mensalidades de financiamentos para aquisição de casa própria no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências”.

Relator: Senador Wilson Martins

Com fulcro no artigo 62 da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 318, de 24 de abril de 1993, que “define o Plano de Equivalência Salarial para reajuste das mensalidades de financiamentos para aquisição de casa própria no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências”.

Dispõe o Senhor Presidente da República, por este instrumento, sobre um componente do seu recente plano governamental, contemplando a viabilização econômica e social da habitação.

Dentro do contexto nacional, a habitação define um setor altamente estratégico, pois ela é, ao mesmo tempo, problema e solução. É problema pela escassez de oportunidades mínimas de moradia, causadora de sérios danos à estrutura familiar e, por via de consequência, a ruptura do tecido social. É

## EXPEDIENTE

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES  
Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA  
Diretor Administrativo

LUÍZ CARLOS BASTOS  
Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA  
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

## ASSINATURAS

Semestral ..... Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

solução porque a produção de habitações envolve um setor produtivo dos mais dinâmicos da economia, capaz de apresentar respostas de curtíssimo prazo para geração de empregos diretos para uma larga faixa da população.

O dinamismo do setor habitacional é de tal ordem que envolve desde a autoconstrução familiar isolada, passa pela dinamização das atividades comunitárias e atinge os mais diversos processos de edificação e da produção e comercialização de materiais para a construção civil. Desta forma, a multiplicação de empregos indiretos oriundos da dinamização da construção civil caracteriza este setor como de relevante interesse social.

O Setor Habitacional brasileiro, entretanto, encontra-se em situação de impasse, dada a falta de poder aquisitivo dos seus consumidores finais, altamente prejudicados pelo descompasso entre a evolução de seus rendimentos mensais, diante do processo inflacionário brasileiro.

A medida provisória encaminhada pelo Presidente da República alcança grande relevância, ao estabelecer as condições de superação do impasse mencionado. Ali estão os dispositivos que garantem a compatibilização permanente entre o rendimento do mutuário e o desembolso necessário para aquisição de sua casa própria. Ali está também estabelecido um limite de 35% para comprometimento da renda familiar mensal do mutuário. Da mesma forma, estão evidentes os mecanismos alternativos de refinanciamento e de seguros de crédito, indispensáveis para garantir esse limite.

A necessidade imediata de abrir alternativas para a economia e para a sociedade brasileira, diante da situação de crise nacional que atravessa o País, não deixa dúvidas quanto ao caráter de urgência que reveste a adoção dos dispositivos analisados.

Está caracterizado, destarte, o atendimento dos pressupostos de admissibilidade da Medida Provisória nº 318, de 24 de abril de 1993, haja vista sua urgência e relevância, consoante os termos do art. 62 da Carta Magna e os elementos anteriormente expostos.

Sala das Comissões, 29 de abril de 1993. — Deputado Felix Mendonça, Presidente — Senador Wilson Martins, Relator — Senador Cid Sabóia de Carvalho — Senador Almir Gabriel — Deputado José Augusto Curvo — Deputado Prisco Viana — Senador Jonas Pinheiro — Deputado Antônio Faleiros.

## PARECER Nº 13, DE 1993-CN

Da Comissão Mista, sobre a constitucionalidade e o mérito da Medida Provisória nº 316, de 14 de abril de 1993, que “dispõe sobre a remuneração de cargos de provimento em comissão da Advocacia-Geral da União, dá nova redação ao caput do art. 1º da Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, revoga a Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991, e dá outras providências”.

Relator: Senador Cid Sabóia de Carvalho

## I — Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, pela segunda vez, renova a edição das normas constantes, inicialmente, da Medida Provisória nº 312, de 11 de fevereiro de 1993, já reeditadas pela Medida Provisória nº 314, de 12 de março de 1993.

Inova, a presente medida, em relação à de nº 314/93, no que diz respeito à inclusão de norma (art. 7º), que faculta o auxílio do Advogado-Geral da União por membro do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União, para o exercício da atribuição prevista no inciso III, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Inova, ainda, ao incluir previsão normativa (art. 11) criando a obrigação, para o Congresso Nacional, de regulamentar as relações jurídicas criadas com a edição da Medida Provisória nº 314/93.

No mais, repete os aspectos relativos à fixação da remuneração de cargos próprios da representação jurídica da União e no que tange à revogação da Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991, sobre os quais já foram realizados amplos debates no Congresso Nacional, sendo, portanto, matérias de integral conhecimento dos Senhores Parlamentares.

## II — Dos Aspectos Jurídicos e do Mérito

A Medida Provisória nº 316/93 apresenta, no tocante ao aspecto de constitucionalidade, um único obstáculo a sua aprovação, o qual diz respeito ao seu art. 9º, que fere os princípios constitucionais insculpidos nos arts. 21, XII, b, e 175, da Constituição Federal.

Sanado esse vício de inconstitucionalidade, com a supressão do art. 9º, inexistem quaisquer empecilhos, quer sobre o prisma jurídico quer sob o de mérito, à aprovação da Medida Provisória.

### III — Das Emendas Oferecidas

Foram apresentadas ao texto da medida em exame dez emendas sobre as quais cabe tecer as considerações que se seguem.

As Emendas de nº 4, 5 e 10 referem-se, todas, ao artigo 13, da Medida Provisória nº 316/93. O nosso parecer é favorável à Emenda nº 4 e parcialmente favorável à de nº 5, ambas do mesmo autor. Já no que diz respeito à Emenda de nº 10 é, esta, considerada prejudicada, em razão da aprovação das anteriores.

As Emendas de nº 1, 2 e 8, por tratarem de fixação de remuneração no âmbito da Administração Pública, contrariam o disposto na alínea a, do inciso II, do § 1º do art. 61 da Constituição Federal, que inclui tais aspectos entre as matérias de iniciativa privativa do Presidente da República. Ora, assim é porque compete privativamente ao Presidente da República dispor sobre a "criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração", sendo esta, portanto, matéria própria da alçada do Executivo Federal.

Contrariam, assim, as proposições em tela a arquitetura das atribuições dos Poderes da República, de vez que invadem área de competência típica do segmento administrativo da União.

Relativamente à Emenda de nº 6, cumpre mencionar que a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, estabelece no art. 93, que: "O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidades dos Poderes da União, dos Estados ou do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses:

I — para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

II — em casos previstos em leis específicas"

Como se observa no próprio texto legal, existe previsão para que lei distinta disponha sobre essa matéria. Desse modo, não se vislumbra necessidade de eliminar tal dispositivo.

A Emenda de nº 7 pretende alterar o artigo 6º da Medida Provisória nº 316/93, reduzindo para 90 (noventa) dias a interrupção dos prazos relativos à União, sob o argumento de que, desde a edição da Lei Complementar nº 73/93 — o que ocorreu em 10 de fevereiro — os referidos prazos estão interrompidos e que, se acrescidos mais 120 (cento e vinte) dias, consoante propõe a Medida Provisória sob exame, serão totalizados 6 (seis) meses de interrupção de prazos, o que é excessivo. Em razão do relevante argumento, acatamos, parcialmente, a Emenda.

Por último, resta examinar as Emendas de nº 3 e 9, de idêntico teor, que suprimem o artigo 9º da medida, o qual, por sua vez, versa sobre a possibilidade de associação das subsidiárias da Eletrobrás com empresas particulares, para construir e operar centrais elétricas.

Sucedo que aceitar semelhante alteração, segundo argumenta o autor da emenda, seria inconstitucional, haja vista o que dispõe o art. 175 da Carta Magna, que diz, verbis:

"Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos."

Mencione-se, também, que o art. 21, XII, b, coloca no âmbito da competência da União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

"os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos"

Inferese, dos elementos apresentados, que a "associação" evita requisito essencial, qual seja, o que prevê que a obra em que o particular contribua com parcela das realizações e obediência, invariavelmente, ao devido processo licitatório.

Ao se admitir que o particular se associe a entidade estatal, sem que regras específicas norteiem tal acordo, estar-se-á facultando que haja desbordamento ilegal das normas de Direito Público que regem o comportamento da Administração. Isto significa convalidar, juridicamente, subterfúgio que viabiliza o desvio de normas licitatórias de fundamental importância para garantir, entre outros aspectos, a lisura, a correção, a adequada definição de propósitos ou finalidade dos atos administrativos. O nosso parecer é, portanto, favorável à emenda.

### IV — Da Emenda do Relator

Oferecemos, a esta medida provisória, emenda conferindo nova redação ao artigo 6º, com o propósito de compatibilizá-lo com a sistemática jurídica brasileira. Para tanto, exetuamos da norma geral de interrupção dos prazos aqueles relativos aos precatórios e ao mesmo tempo acrescentamos parágrafo único facultando à Fazenda Pública peticionar ao Juízo na hipótese de não pretender utilizar a prorrogação dos prazos.

### V — Conclusão

Considerados os fatos e argumentos anteriormente expostos, concluímos pela aprovação da Medida Provisória nº 314/93, com a supressão dos arts. 9º e 11 — este último em razão de ser mera repetição de comando constitucional — e a alteração do art. 13, que passa a ser renumerado como art. 10, nos termos do seguinte Projeto de Lei de Conversão:

### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 1993

Dispõe sobre a remuneração de cargos de provimento em comissão da Advocacia-Geral da União, revoga a Lei nº 8.208, de 28 de junho de 1991, oferecendo nova redação ao inciso I, do seu art. 3º, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A remuneração dos cargos de Advogado-Geral da União, de Procurador-Geral da União, de Procurador-Geral da Fazenda Nacional, de Consultor-Geral da União, de Corregedor-Geral da Advocacia da União, a que se referem os arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, bem como do Procurador Regional e de Procurador Seccional, é a constante do anexo a esta lei.

Parágrafo único. O cargo de Advogado-Geral da União confere ao seu titular todos os direitos, deveres e prerrogativas de Ministro de Estado, bem assim o tratamento a este dispensado.

Art. 2º Ficam criados, na Advocacia-Geral da União, cinco cargos de Procurador Regional e um de Procurador Seccional.

Art. 3º O quadro de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de funções de representação de gabinete da Consultoria-Geral da República é transposto para

o gabinete do Advogado-Geral da União e transformados em consultores da União os cargos de consultores da República.

Art. 4º Aplica-se às funções de representação de gabinete da Consultoria-Geral da República, transpostas para a Advocacia-Geral da União, o disposto no art. 13 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992.

Art. 5º As requisições do Advogado-Geral da União, na forma do art. 47 da Lei Complementar nº 73, de 1993, serão irrecusáveis até que seja constituído o quadro de pessoal de atividades auxiliares da Advocacia-Geral da União.

Art. 6º São interrompidos por 90 (noventa) dias os prazos relativos à União, contados a partir da vigência desta lei, excetuando-se os precatórios.

Parágrafo único. A Fazenda Pública poderá peticionar perante o juízo se não pretender utilizar-se da prorrogação dos prazos, prevista no caput deste artigo.

Art. 7º No exercício da atribuição prevista no inciso III, do art. 4º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, o Advogado-Geral da União poderá ser auxiliado

por membro do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União.

Art. 8º Fica autorizada a transferência para a Advocacia-Geral da União das dotações consignadas à Consultoria-Geral da República.

Art. 9º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 10. Fica revigorada a Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991, passando o inciso I, do seu artigo 3º a vigor com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

I — poderá ser deduzida, na determinação do lucro real, em seis anos-calendário, a partir de 1993, à razão de 25% em 1993 e de 15% ao ano, de 1994 a 1998, quando se tratar de saldo devedor.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

QUADRO DE REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO  
A QUE SE REFERE O ART. 1º DA LEI Nº , DE DE DE 1993

CARGO	NATUREZA			REMUNERAÇÃO
Advogado-Geral da União	Especial			Cr\$ 104.631.307,48
	Vencimento	%	Representação	Retribuição
2. Procurador-Geral da União, Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Consultor-Geral da União e Corregedor-Geral da Advocacia da União	Especial 8.165.894,10	100	8.165.894,10	16.331.788,20
3. Procurador Regional	DAS-5 5.080.018,79	85	4.318.015,97	9.398.034,76
4. Procurador Seccional	DAS-4 4.380.614,34	80	3.504.491,48	7.885.105,83

Observação: Os titulares dos cargos referidos nos itens 2, 3 e 4 fazem jus à Gratificação de Atividade pelo desempenho de função, de acordo com os fatores constantes do anexo VI da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993.

Sala das Comissões, em, -

Dep. Hervécio Castelo, Presidente,

Sen. Cid Carvalho, Relator

Dep. Francisco Bornelles

Sen. Pedro Simon

Sen. Valmir Campelo

Sen. Beni Veras

Dep. João Almeida

Sen. Francisco Rollemberg

## SUMÁRIO

## 1 — ATA DA 20ª SESSÃO CONJUNTA, EM 4 DE MAIO DE 1993

## 1.1 — ABERTURA

## 1.2 — EXPEDIENTE

## 1.2.1 — Comunicação da Presidência

— Edição pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 319, de 30 de abril de 1993, que estabelece novos critérios para a fixação da taxa referencial — TR, extingue a taxa referencial diária — TRD, e dá

outras providências, designação da Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e fixação de calendário para tramitação da mesma.

## 1.2.2 — Questão de Ordem

Suscitada pelo Sr. Deputado Hélio Bicudo, referente à inexistência de quorum mínimo indispensável para o prosseguimento da sessão.

## 1.3 — ENCERRAMENTO

## Ata da 20ª Sessão Conjunta, em 4 de maio de 1993

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

## Presidência do Sr. Levy Dias

## ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo \_ Albano Franco \_ Alfredo Campos \_ Álvaro Pacheco \_ Amir Lando \_ Aureo Mello \_ Bello Parga \_ Beni Veras \_ Carlos DeCarli \_ Carlos Patrocínio \_ Chagas Rodrigues \_ Cid Saboia de Carvalho \_ Dario Pereira \_ Dirceu Carneiro \_ Eduardo Suplicy \_ Elcio Álvares \_ Esperidião Amin \_ Flaviano Melo \_ Francisco Rollemberg \_ Garibaldi Alves Filho \_ Guilherme Palmeira \_ Henrique Almeida \_ Hydekel Freitas \_ Iram Saraiva \_ Irapuan Costa Júnior \_ Jarbas Passarinho \_ João Calmon \_ João França \_ João Rocha \_ Jonas Pinheiro \_ Josaphat Marinho \_ José Fogaça \_ José Paulo Bisol \_ José Richa \_ José Sarney \_ Júnia Marise \_ Jutahy Magalhães \_ Juvêncio Dias \_ Lavoisier Maia \_ Levy Dias \_ Lucídio Portella \_ Luiz Alberto Oliveira \_ Magno Bacelar \_ Mansueto de Lavor \_ Marco Maciel \_ Mário Covas \_ Marluce Pinto \_ Mauro Benevides \_ Meira Filho \_ Moisés Abrão \_ Nabor Júnior \_ Nelson Wedekin \_ Ney Suassuna \_ Odacir Soares \_ Onofre Quinan \_ Pedro Simon \_ Pedro Teixeira \_ Rachid Saldanha Derzi \_ Ronaldo Aragão \_ Ronan Tito \_ Ruy Bacelar \_ Valmir Campelo \_ Wilson Martins.

ERALDO TRINDADE  
FATIMA PELAES  
GILVAM BORGES  
LOURIVAL FREITAS  
MURILO PINHEIRO  
VALDENOR GUEDES

PDS  
BLOCO  
PMDB  
PT  
BLOCO  
PP

## PARA:

ALACID NUNES  
CARLOS KAYATH  
DOMINGOS JUVENIL  
ELIEL RODRIGUES  
GERSON PERES  
GIOVANNI QUEIROZ  
HERMINIO CALVINHO  
HILARIO COIMBRA  
MARIO CHERMONT  
MARIO MARTINS  
NICIAS RIBEIRO  
OSVALDO MELO  
PAULO ROCHA  
PAULO TITAN  
SOCORRO GOMES

BLOCO  
BLOCO  
PMDB  
PMDB  
PDS  
PDT  
PMDB  
BLOCO  
PP  
PMDB  
PMDB  
PDS  
PT  
PMDB  
PCdoB

## E OS SRS. DEPUTADOS:

## RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA  
AVENIR ROSA  
FRANCISCO RODRIGUES  
JOAO FAGUNDES  
JULIO CABRAL  
LUCIANO CASTRO  
MARCELO LUZ  
RUBEN BENTO

BLOCO  
PDC  
BLOCO  
PMDB  
PP  
PDS  
PP  
BLOCO

## AMAPA

AROLDO GOES

PDT

## AMAZONAS

BETH AZIZE  
EULER RIBEIRO  
EZIO FERREIRA  
JOAO THOME  
JOSE DUTRA  
PAUDERNEY AVELINO

PDT  
PMDB  
BLOCO  
PMDB  
PMDB  
BLOCO

## RONDONIA

ANTONIO MORIMOTO  
CARLOS CAMURCA  
MAURICIO CALIXTO

PDS  
PP  
BLOCO-

NOBEL MOURA	PP	CIRO NOGUEIRA	BLOCO
PASCOAL NOVAES	BLOCO	FELIPE MENDES	PDS
RAQUEL CANDIDO	BLOCO	JOAO HENRIQUE	PMDB
REDITARIO CASSOL	PP	JOSE LUIZ MAIA	PDS
		MURILO REZENDE	PMDB
ACRE		MUSSA DEMES	BLOCO
		PAES LANDIM	BLOCO
ADELAIDE NERI	PMDB	PAULO SILVA	PSDB
CELIA MENDES	PDS		
JOAO MAIA	PP	RIO GRANDE DO NORTE	
JOAO TOTA	PDS		
MAURI SERGIO	PMDB	FERNANDO FREIRE	PDS
		FLAVIO ROCHA	PL
TOCANTINS		HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB
		IBERE FERREIRA	BLOCO
DARCI COELHO	BLOCO	JOAO FAUSTINO	PSDB
DERVAL DE PAIVA	PMDB	LAIRE ROSADO	PMDB
EDMUNDO GALDINO	PSDB	NEY LOPES	BLOCO
HAGAHUS ARAUJO	PMDB		
LEOMAR QUINTANILHA	PDC	PARAIBA	
OSVALDO REIS	PP		
MARANHAO		ADAUTO PEREIRA	BLOCO
		EFRAIM MORAIS	BLOCO
CESAR BANDEIRA	BLOCO	FRANCISCO EVANGELISTA	PDS
CID CARVALHO	PMDB	IVANDRO CUNHA LIMA	PMDB
COSTA FERREIRA	PP	JOSE LUIZ CLEROT	PMDB
DANIEL SILVA	PDS	JOSE MARANHÃO	PMDB
EDUARDO MATIAS	BLOCO	LUCIA BRAGA	PDT
FRANCISCO COELHO	BLOCO	RAMALHO LEITE	BLOCO
JAYME SANTANA	PSDB	RIVALDO MEDEIROS	BLOCO
JOAO RODOLFO	PDS	VITAL DO REGO	PDT
JOSE BURNETT	BLOCO	ZUCA MOREIRA	PMDB
JOSE CARLOS SABOIA	PSB		
JOSE REINALDO	BLOCO	PERNAMBUCO	
MAURO FECURY	BLOCO		
NAN SOUZA	PP	ALVARO RIBEIRO	PSB
PEDRO NOVAIS	PDC	GILSON MACHADO	BLOCO
SARNEY FILHO	BLOCO	GUSTAVO KRAUSE	BLOCO
		INOCENCIO OLIVEIRA	BLOCO
CEARA		JOSE CARLOS VASCONCELLOS	PRN
		JOSE JORGE	BLOCO
AECIO DE BORBA	PDS	JOSE MENDONCA BEZERRA	BLOCO
ANTONIO DOS SANTOS	BLOCO	JOSE MUCIO MONTEIRO	BLOCO
CARLOS VIRGILIO	PDS	MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB
EDSON SILVA	PDT	MAVIAEL CAVALCANTI	PRN
GONZAGA MOTA	PMDB	MIGUEL ARRAES	PSB
JACKSON PEREIRA	PSDB	NILSON GIBSON	PMDB
JOSE LINHARES	PP	OSVALDO COELHO	BLOCO
LUIZ PONTES	PSDB	PEDRO CORREA	BLOCO
MARCO PENAFORTE	PSDB	RENILDO CALHEIROS	PCdoB
MARIA LUIZA FONTENELE	PSB	RICARDO FIUZA	BLOCO
MAURO SAMPAIO	PSDB	ROBERTO FRANCA	PSB
MORONI TORGAN	PSDB	ROBERTO FREIRE	PCB
ORLANDO BEZERRA	BLOCO	ROBERTO MAGALHAES	BLOCO
PINHEIRO LANDIM	PMDB	SALATIEL CARVALHO	PP
UBIRATAN AGUIAR	PMDB	SERGIO GUERRA	PSB
VICENTE FIALHO	BLOCO	TONY GEL	BLOCO
		WILSON CAMPOS	PMDB
PIAUI		ALAGOAS	
B. SA	PP	ANTONIO HOLANDA	BLOCO

AUGUSTO FARIAS	BLOCO	ELIAS MURAD	PSDB
CLETO FALCAO	BLOCO	FERNANDO DINIZ	PMDB
JOSE THOMAZ NONO	PMDB	GENESIO BERNARDINO	PMDB
LUIZ DANTAS	BLOCO	GETULIO NEIVA	PL
MENDONCA NETO	PDT	HUMBERTO SOUTO	BLOCO
OLAVO CALHEIROS	PMDB	IBRAHIM ABI-ACKEL	PDS
VITORIO MALTA	PDS	ISRAEL PINHEIRO	BLOCO
		JOAO PAULO	PT
SEERGIPE		JOSE GERALDO	PMDB
BENEDITO DE FIGUEIREDO	PDT	JOSE ULISSES DE OLIVEIRA	BLOCO
DJENAL GONCALVES	PDS	MARCOS LIMA	PMDB
EVERALDO DE OLIVEIRA	BLOCO	MAURICIO CAMPOS	PL
JERONIMO REIS	BLOCO	NEIF JABUR	PMDB
JOSE TELES	PDS	ODELMO LEAO	PRN
MESSIAS GOIS	BLOCO	OSMANIO PEREIRA	PSDB
PEDRO VALADARES	PP	PAULO HESLANDER	BLOCO
		RONALDO PERIM	PMDB
BAHIA		SAULO COELHO	PSDB
ANGELO MAGALHAES	BLOCO	SERGIO FERRARA	PMDB
AROLDI CEDRAZ	BLOCO	SERGIO MIRANDA	PCdoB
BENITO GAMA	BLOCO	SERGIO NAYA	PMDB
BERALDO BOAVENTURA	PDT	TARCISIO DELGADO	PMDB
ERALDO TINOCO	BLOCO	TILDEN SANTIAGO	PT
FELIX MENDONCA	BLOCO	WILSON CUNHA	BLOCO
GENEBALDO CORREIA	PMDB	ZAIRE REZENDE	PMDB
HAROLDO LIMA	PCdoB		
JABES RIBEIRO	PSDB	ESPIRITO SANTO	
JAIRO AZI	PDC	ARMANDO VIOLA	PMDB
JAIRO CARNEIRO	BLOCO	ETEVALDA GRASSI DE MENEZES	BLOCO
JOAO ALMEIDA	PMDB	JONES SANTOS NEVES	PL
JOAO ALVES	PDS	JORIO DE BARROS	PMDB
JORGE KHOURY	BLOCO	NILTON BAIANO	PMDB
JOSE CARLOS ALELUIA	BLOCO	RITA CAMATA	PMDB
JOSE FALCAO	BLOCO	ROBERTO VALADAO	PMDB
JOSE LOURENCO	PDS		
LEUR LOMANTO	BLOCO	RIO DE JANEIRO	
LUIS EDUARDO	BLOCO	ALDIR CABRAL	BLOCO
LUIZ MOREIRA	BLOCO	ALVARO VALLE	PL
LUIZ VIANA NETO	BLOCO	AMARAL NETTO	PDS
MANOEL CASTRO	BLOCO	AROLDE DE OLIVEIRA	BLOCO
PEDRO IRUJO	PMDB	ARTUR DA TAVOLA	PSDB
PRISCO VIANA	PDS	BENEDITA DA SILVA	PT
SERGIO BRITO	PDC	CARLOS LUPI	PDT
SERGIO GAUDENZI	PDT	CARLOS SANTANA	PT
TOURINHO DANTAS	BLOCO	CIDINHA CAMPOS	PDT
UBALDO DANTAS	PSDB	CYRO GARCIA	PT
ULDURICO PINTO	PSB	EDESIO FRIAS	PDT
WALDIR PIRES	PDT	EDUARDO MASCARENHAS	PDT
		FLAVIO PALMIER DA VEIGA	BLOCO
MINAS GERAIS		FRANCISCO DORNELLES	PDS
ALOISIO VASCONCELOS	PMDB	JAIR BOLSONARO	PDC
ALVARO PEREIRA	PSDB	JOSE EGYDIO	PDS
ANNIBAL TEIXEIRA	BLOCO	JUNOT ABI-RAMIA	PDT
ARACELY DE PAULA	BLOCO	LAERTE BASTOS	PDT
ARMANDO COSTA	PMDB	LAPROVITA VIEIRA	PMDB
AVELINO COSTA	PL	LUIZ SALOMAO	PDT
CAMILO MACHADO	BLOCO	MARCIA CIBILIS VIANA	PDT
EDINHO FERRAMENTA	PT	MARINO CLINGER	PDT
EDMAR MOREIRA	PRN	NELSON BORNIER	PL
		PAULO DE ALMEIDA	BLOCO

PAULO PORTUGAL	PDT	BENEDITO DOMINGOS	PP
PAULO RAMOS	PDT	CHICO VIGILANTE	PT
RUBEM MEDINA	BLOCO	JOFRAN FREJAT	BLOCO
SANDRA CAVALCANTI	BLOCO	MARIA LAURA	PT
SERGIO AROUCA	PCB	OSORIO ADRIANO	BLOCO
SERGIO CURY	PDT	PAULO OCTAVIO	BLOCO
VIVALDO BARBOSA	PDT	SIGMARINGA SEIXAS	PSDB
VLADIMIR PALMEIRA	PT		
		GOIAS	
SAO PAULO			
ADILSON MALUF	PMDB	ANTONIO DE JESUS	PMDB
AIRTON SANDOVAL	PMDB	ANTONIO FALEIROS	PSDB
ALBERTO HADDAD	PP	DELIO BRAZ	BLOCO
ALDO REBELO	PCdoB	HALEY MARGON	PMDB
ALOIZIO MERCADANTE	PT	JOAO NATAL	PMDB
ARMANDO PINHEIRO	PDS	LUCIA VANIA	PP
AYRES DA CUNHA	PL	LUIZ SOYER	PMDB
BETO MANSUR	PDT	MARIA VALADAO	PDS
CARDOSO ALVES	BLOCO	MAURO BORGES	PP
CUNHA BUENO	PDS	MAURO MIRANDA	PMDB
DIOGO NOMURA	PL	PEDRO ABRAO	PP
EDUARDO JORGE	PT	VIRMONDES CRUVINEL	PMDB
ERNESTO GRADELLA	S/P		
FABIO FELDMANN	PSDB	MATO GROSSO DO SUL	
FLORESTAN FERNANDES	PT		
GASTONE RIGHI	BLOCO	ELISIO CURVO	BLOCO
GERALDO ALCKMIN FILHO	PSDB	MARILU GUIMARAES	BLOCO
HEITOR FRANCO	BLOCO	NELSON TRAD	BLOCO
HELIO BICUDO	PT	VALTER PEREIRA	PMDB
HELIO ROSAS	PMDB	WALDIR GUERRA	BLOCO
IRMA PASSONI	PT		
JORGE TADEU MUDALEN	PMDB	PARANA	
JOSE ABRAO	PSDB		
JOSE ANIBAL	PSDB	ANTONIO BARBARA	PMDB
JOSE GENOINO	PT	ANTONIO UENO	BLOCO
JOSE SERRA	PSDB	BASILIO VILLANI	PDS
KOYU IHA	PSDB	CARLOS ROBERTO MASSA	PP
LUIZ MAXIMO	PSDB	DELICINO TAVARES	PP
MALULY NETTO	BLOCO	DENI SCHWARTZ	PSDB
MARCELINO ROMANO MACHADO	PDS	EDESIO PASSOS	PT
MARCELO BARBIERI	PMDB	EDI SILIPRANDI	PDT
MAURICIO NAJAR	PDS	ELIO DALLA-VECCHIA	PDT
MENDES BOTELHO	BLOCO	FLAVIO ARNS	PSDB
NELSON MARQUEZELLI	BLOCO	IVANIO GUERRA	BLOCO
OSWALDO STECCA	PMDB	JONI VARISCO	PMDB
PAULO NOVAES	PMDB	JOSE FELINTO	PP
PEDRO PAVAO	PDS	LUCIANO PIZZATTO	BLOCO
TADASHI KURIKI	PDS	LUIZ CARLOS HAULY	PP
VALDEMAR COSTA NETO	PL	MAX ROSENMAN	PDT
WALTER NORY	PMDB	MOACIR MICHELETTI	PMDB
		MUNHOZ DA ROCHA	PSDB
		ONAIRES MOURA	PSD
MATO GROSSO		OTTO CUNHA	BLOCO
ITSUO TAKAYAMA	BLOCO	PAULO BERNARDO	PT
JOAO TEIXEIRA	PL	PEDRO TONELLI	PT
JONAS PINHEIRO	BLOCO	PINGA FOGO DE OLIVEIRA	PP
RICARDO CORREA	PL	REINHOLD STEPHANES	BLOCO
		RENATO JOHNSON	PP
DISTRITO FEDERAL		SERGIO SPADA	PP
AUGUSTO CARVALHO	PCB	WERNER WANDERER	BLOCO
		WILSON MOREIRA	PSDB



## SANTA CATARINA

ANGELA AMIN	PDS
CESAR SOUZA	BLOCO
EDISON ANDRINO	PMDB
LUCI CHOINACKI	PT
NELSON MORRO	BLOCO
PAULO DUARTE	PDS
RUBERVAL PILOTTO	PDS
VALDIR COLATTO	PMDB

2. Ronan Tito	Wilson Martins
PFL	
3. João Rocha	Bello Parga
PSDB	
4. Teotônio Vilela Filho	José Richa
PTB	
5. Luiz Alberto	Mariuce Pinto
PDS	
6. Louremberg Nunes Rocha — PSB	Levy Dias
7. José Paulo Bisol	

## RIO GRANDE DO SUL

ADAO PRETTO	PT
ADROALDO STRECK	PSDB
ADYLSO MOTA	PDS
ALDO PINTO	PDT
AMAURY MULLER	PDT
EDEN PEDROSO	PDT
EDSON MENEZES SILVA	PCdoB
FERNANDO CARRION	PDS
FETTER JUNIOR	PDS
GERMANO RIGOTTO	PMDB
HILARIO BRAUN	PMDB
IVO MAINARDI	PMDB
JOAO DE DEUS ANTUNES	PDS
JORGE UEQUED	PSDB
JOSE FORTUNATI	PT
LUIS ROBERTO PONTE	PMDB
MENDES RIBEIRO	PMDB
NELSON JOBIM	PMDB
ODACIR KLEIN	PMDB
OSVALDO BENDER	PDS
PAULO PAIM	PT
VICTOR FACCIONI	PDS
WALDOMIRO FIORAVANTE	PT
WILSON MULLER	PDT

## DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
BLOCO	
1. Osório Adriano	Carlos Kayath
2. Luiz Vianna Neto	Luiz Dantas
PMDB	
3. Odacir Klein	Nestor Duarte
PDS	
4. Luciano de Castro	Hugo Biehl
PDT	
5. Max Rosenmann	Éden Pedroso
PSDB	
6. Demi Schwartz	Vitório Midolli
PRONA	
7. Regina Gordilho	

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 4-5 — Designação da Comissão Mista;

Dia 5-5 — Instalação da Comissão Mista;

Até 5-5 — Prazo para recebimento de emendas. Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 17-5 — Prazo final da Comissão Mista;

Até 30-5 — Prazo no Congresso Nacional.

O Sr. Hélio Bicudo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. HÉLIO BICUDO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nos termos do § 2º do art. 29 do Regimento Comum, peço que seja encerrada a sessão em virtude da evidente falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) — A Mesa defere o pedido do nobre Congressista.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) — Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 25 minutos.)

## SENADORES

Titulares	Suplentes
PMDB	
1. Gilberto Miranda	Onofre Quinan

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) — As listas de presença acusam o comparecimento de 63 Srs. Senadores e 382 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) — O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 319, de 30 de abril de 1993, que “estabelece novos critérios para a fixação da Taxa Referencial — TR, extingue a Taxa Referencial Diária — TRD, e dá outras providências”.

De acordo com as indicações das Lideranças, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

### SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral ..... Cr\$ 1.143.568,56

### SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral ..... Cr\$ 1.143.568,56

J. avulso ..... Cr\$ 8.168,35

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF  
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 107

(Julho a setembro de 1990)

Está circulando o nº 107 da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

## COLABORAÇÃO

Medidas provisórias – *Raul Machado Horta*  
Os serviços de telecomunicações na Constituição Brasileira de 1988 – *Gaspar Vianna*  
A Constituição de 1988 e o sistema financeiro nacional – *Arnoldo Wald*  
A autonomia universitária e seus limites jurídicos – *Giuseppe da Costa*  
A aposentadoria dos servidores na Constituição de 1988 – *Palhares Moreira Reis*  
Direito urbanístico e limitações administrativas urbanísticas – *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*  
Controle parlamentar da administração – *Odete Medauar*  
Observações sobre os Tribunais Regionais Federais – *Ademar Ferreira Maciel*  
O recurso especial e o Supremo Tribunal de Justiça – *Sálvio de Figueiredo Teixeira*  
Tribunal de Contas e Poder Judiciário – *Jarbas Maranhão*  
Jurisdição e competência: nota sobre o sentido histórico-político da distinção – *Nelson Saldanha*  
A atuação dos Procuradores da República no atual contexto de competência jurisdicional federal em tema de combate a entorpecentes – *Vitor Fernandes Gonçalves*

Conceito de "underselling" ("dumping") dentro do Anteprojeto da nova Lei Antitruste – *Mário Roberto Villanova Nogueira*

Os direitos de autor e os que lhes são conexos sobre obras intelectuais criadas ou interpretadas sob o regime de prestação de serviços – *José Carlos Costa Netto*  
Bem de família – *Zeno Veloso*

Fundamentos da arbitragem no Direito brasileiro e estrangeiro – *Jorge Barrientos Parra*

"Lobbies" e grupos de pressão como agentes de informação para o Poder Legislativo – *Yamil e Souza Dutra*  
Desequilíbrios regionais no atendimento às demandas de educação – *Edvaldo M. Boaventura*

A biblioteca legislativa e seus objetivos – *Eduardo José Wense Dias*

Recepción de la sociedad unipersonal de responsabilidad limitada en el Proyecto de Unificación Civil y Comercial en Argentina. Protección de los acreedores – *Dr. Daniel E. Moeremans*

La influencia de la Jurisprudencia del Tribunal Europeo de los Derechos Humanos en la Jurisprudencia del Tribunal Constitucional Español – *Antonio M<sup>a</sup> Loza Navarrete*

## PUBLICAÇÕES

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À Venda na Subsecretaria  
de Edições Técnicas – Senado  
Federal – Anexo I, 22º andar –  
Praça dos Três Poderes. CEP  
70160-900 Brasília, DF. Telefones  
311-3578 e 311-3579.

## PREÇO DO EXEMPLAR

Cr\$ 1.000,00

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado – CGA 470775.

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 108

(outubro a dezembro de 1990)

Está circulando o nº 108 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 330 páginas, contém as seguintes matérias:

Direito, Estado e Estado de Direito — *Inocência Mártires Coelho*

As eleições de 1990 — *Ministro Sydney Sanches*  
A disciplina constitucional das crises econômico-financeiras — *Manoel Gonçalves Ferreira Filho*

A reforma monetária e a retenção dos ativos líquidos no Plano Brasil Novo — *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

Novas funções e estrutura do Poder Judiciário na Constituição de 1988: uma introdução — *Silvia Dobrowolski*

O mandado de injunção, os direitos sociais e a justiça constitucional — *Paulo Lopo Saraiva*

Norma constitucional e eficácia (ângulos trabalhistas) — *Paulo Emilio Ribeiro de Vilhena*

Controle da Administração Pública pelo Tribunal de Contas — *Odete Medauar*

Meio ambiente e proteção penal — *René Ariel Dotti*

A Constituição Federal de 1988 e as infrações penais militares — *Álvaro Lazzarini*

Administração na Constituição — *Sebastião Baptista Affonso*

Servidores públicos — regime único — *Eurledes Carvalho Pimenta*

Da exigibilidade de limites de idade e da eleição de critérios de desempate fundados em idade, em concurso público de provas ou de provas e títulos para preenchimento de

cargo ou emprego público — *José Leone Cordeiro Leite*

Princípios básicos da administração pública — *Jarbas Maranhão*

Auto-regulação e mercado de opções — *Arnoldo Wald*

Os contratos de adesão e o sancionamento de cláusulas abusivas — *Carlos Alberto Bittar*

A Carta e o crime — *N. P. Teixeira dos Santos*

O direito da personalidade como direito natural geral. Corrente naturalista clássica — *Iduna E. Weinert*

Pesquisas em seres humanos — *Antonio Chaves*

Prolegómenos para la reflexión penal-criminológica sobre el derecho a culminar la vida con dignidad (la eutanasia) — *Antonio Beristain*

Kirchmann e a negação do caráter científico da ciência do Direito — *Elza Roxane Álvares Saldanha*

As chamadas prescrições "negativa" e "positiva" no Direito Civil Brasileiro e Português, semelhanças e diferenças — *Luiz R. Nuñez Padilla*

A constitucionalização da autonomia universitária — *Edivaldo M. Boaventura*

Um projeto de desenvolvimento sócio-econômico integrado para a Região Oeste do Paraná — *Rossini Corrêa e Nilton Friedrich*

À venda na Subsecretaria  
de Edições Técnicas —  
Senado Federal, Anexo I, 22º andar —  
Praça dos Três Poderes,  
CEP 70160 — Brasília, DF —  
Telefones: 311-3578 e 311-3579

Assinatura para 1991  
(nºs 109 a 112):

**Cr\$ 4.500,00**

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

JANEIRO A MARÇO 1991  
ANO 28 \_ NÚMERO 109

Em circulação com estas matérias:

## HOMENAGEM

Luiz Viana Filho - *Edivaldo M. Boaventura*

Afonso Arinos - *Jarbas Maranhão*

## COLABORAÇÃO

A reforma monetária cruzeiro - *Letácio Jansen*

O planejamento na economia brasileira - *Clovis V. do Couto e Silva*

Os valores e a Constituição de 1988 - *Eduardo Silva Costa*

A Constituição Brasileira de 1988: subsídios para os comparatistas - *Ana Lucia de Lyra Tavares*

Inovações constitucionais - *Silveira Neto*

O pluralismo jurídico na Constituição de 1988 - *Silvio Dobrowolski*

A segurança pública na Constituição - *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

A Constituição Federal de 1988 e o mandado de segurança contra ato judicial - *Alvaro Lazzarini*

A propósito da extradição: a impossibilidade do STF apreciar o mérito no processo de extradição. Indisponibilidade do controle jurisdicional na extradição - *Negi Calixto*

Cinco temas controversos do Direito Penal - *Edilson Pereira Nobre Júnior*

O Direito Internacional e os Direitos dos Povos - *Pedro Pinto Leite*

O "status" jurídico dos países sem litoral e as regras da Convenção de Montego Bay sobre

o Direito do Mar - *Georgenor de Sousa Franco Filho*

Sobre o Direito Natural na Revolução Francesa - *Marcela Varejão*

"Ermächtigung": proposta de leitura de hermenêutica na Teoria Pura do Direito - *Gladston Mamede*

Direito Romano em Gramsci - *Ronaldo Polatti*  
A filiação ilegítima e a Constituição de 1988 - *Clayton Reis*

Solidariedade e fiança - *Arnoldo Wald*

Proteção jurídica das embalagens - *Carlos Alberto Bittar*

Contratos estipulados por computador: declaração de vontade. Forma e momento de sua perfeccionamento - *Daniel E. Moeremans y Carlos E. Saitor*

A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente - *Hugo Nigro Mazzilli*

Recurso adesivo e ordem constitucional: são compatíveis? - *José Fitas*

A arte e o obsceno - *Everaldo da Cunha Luna*  
A PMCB, os servidores militares e a Carta Estadual/89 - *Adauto Rodrigues de Oliveira Leite*

O Conselho Constitucional Francês: ator da lei, mas nunca seu autor! - *Paulo Rodrigues Vieira*

Os Direitos Fundamentais na Lei Fundamental de Bonn - *Luis Afonso Heck*

---

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado - CGA 470775.

# **CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR**

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências
- Dispositivos vetados e razões dos vetos
- Legislação correlata
- Índice temático

**Lançamento**  
**Cr\$ 800,00**

À venda na Subsecretaria de Edições  
Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º  
andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160  
- Brasília, DF - Telefones 311-3578 e  
311-3579.

---

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

# ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:  
Dispõe sobre o Estatuto da Criança  
e do Adolescente, e dá outras  
providências (D.O. de 16-7-90)

Legislação correlata

Convenção sobre os direitos da criança  
(DCN, Seção II, de 18-9-90)

Índice temático

Lançamento  
Cr\$ 1.000,00

À venda na Subsecretaria de Edi-  
ções Técnicas - Senado Federal, Anexo  
I, 22º andar - Praça dos Três Poderes,  
CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones  
311-3578 e 311-3579.

---

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 07/1203**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS**